

Factores político-ideológicos en la construcción social de la paranoia.

Oliveira, Lucas Kerr De y Maniakas, Georgina Faneco.

Cita:

Oliveira, Lucas Kerr De y Maniakas, Georgina Faneco (2005). *Factores político-ideológicos en la construcción social de la paranoia. XII Jornadas de Investigación y Primer Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-051/302>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ewYf/7EV>

FACTORES POLÍTICO-IDEOLÓGICOS EN LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA PARANOIA

OLIVEIRA, Lucas Kerr de; MANIAKAS, Georgina Faneco
Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil

Resumen

Con el descubrimiento freudiano de mecanismos psíquicos comunes a todos los hombres, características atribuídas exclusivamente a cuadros psicopatológicos fueron identificadas, en diferentes grados, en la población en general, abriendo camino para la consideración del efecto-contexto en la producción/manutención de fenómenos psicopatológicos, o de sus características. Al analizarnos la historia que precedió a la actual crisis política mundial, encontramos, en la base de los discursos que mobilizaron a miles de personas a se posicionaren a favor de las guerras y de las persecuciones étnicas y ideológicas, líneas de raciocinio paranoides. La situación se torna más compleja en la medida que la ruptura entre el experimento de la experiencia vivida y de la observación de los acontecimientos, instaurada por el avance tecnológico de los medios de comunicación de la masa, restringe el acceso directo del sujeto a la realidad y favorece la vinculación de interpretaciones adecuadas a los intereses político-ideológicos dominantes. Si la paranoia implica en una interpretación delirante de la realidad, la exacerbación, y hasta mismo la valorización de sus características en el mundo contemporáneo, señalan el adolecimiento de una sociedad cuya exploración humana, desigualdad social, y el poder del complejo industrial-militar instauraron un vacío de significado para la propia vida.

Palabras Clave

paranoia, política, ideología, sociedad

Abstract

POLITICAL-IDEOLOGICAL FACTORS FOR THE BREWING OF SOCIAL PARANOIA

Along with de Freudian discovery of psychic mechanisms common to all men, exclusive characteristics attributed to psychopathological pictures were identified, in different degrees, in the population as a whole, making way for considering the context-effect on either production/maintenance of psychopathological phenomena or their characteristics. By analyzing the history that preceded the present world political crisis, we have found, based on speeches meant to mobilize thousands of people to adhere themselves to instances in favor of wars and, ethnical and ideological persecutions, frankly paranoid reasoning lines. The situation gets even more complex in as much as there is rupture between the living experience and the observation of the facts, caused by the technological advancement of the mass means of communication, incurring in the fact that the direct access of an individual to reality is restricted and that favors the propagation of interpretations that fit the dominant political-ideological interests. If the paranoia implies in a delirious interpretation of the reality, the exacerbation, and even the valorization of their characteristics in the contemporary world, signalize the fact that the society is getting sick in which human exploitation, social inequality and, the industrial-military power have installed a lack of meaning to its own life.

Key words

paranoia, politics, ideology, society

Com a descoberta freudiana de que os mecanismos psíquicos são comuns a todos os homens, características atribuídas exclusivamente a quadros psicopatológicos foram identificadas, com maior ou menor prevalência, na população em geral, abrindo caminho para a consideração do efeito-contexto na produção/manutenção de fenômenos psicopatológicos ou na manifestação, ou não, de algumas de suas características. Ao elucidar a dinâmica inerente à paranóia, Freud demonstra que este fenômeno, longe de se restringir ao domínio da psiquiatria, pode ser identificado, em diferentes graus, na vida cotidiana. Ao realizarmos uma análise da história que precedeu a atual crise política mundial, encontramos, reiteradamente, na base dos discursos que mobilizaram milhares de pessoas a se posicionarem a favor das guerras e das perseguições étnicas e ideológicas ao longo do século XX e início do século XXI, linhas de raciocínio francamente paranoides. Na medida em que a realidade é apreendida por meio de códigos simbólicos instituídos pela coletividade, a exacerbiação de características inerentes à paranóia - entendida como uma interpretação delirante da realidade- não se dissocia de seu contexto histórico-cultural.

A situação ganha maior complexidade, na sociedade contemporânea, quando a ruptura entre a experiência vivida e a observação dos acontecimentos, instaurada pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação de massa, favorece a veiculação, em larga escala, de interpretações da realidade adequadas aos interesses político-ideológicos dominantes. O modo como a *mass media* veicula as informações impossibilita ao sujeito constatar diretamente a veracidade dos dados apreendidos; seu acesso à realidade torna-se restrito a uma construção interpretativa.

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) Freud observa que os membros de um grupo que partilham o mesmo sistema de valores unem-se sob a égide de uma crença comum e projetam sobre todo aquele que não compartilha de suas convicções toda e qualquer diferença que obstaculizaria a unidade fictícia do grupo. Ao analisar os mecanismos que regem os grupos militares e religiosos, o autor demonstra que a coesão entre seus membros se dá em torno de um ideal externo, representado por um líder (cuja vontade se confunde com a lei) que, ao ser elevado à condição de *eu ideal*, sustenta a ilusão de poder salvar a todos da angústia diante da constante ameaça que a realidade oferece de reeditar o estado de desamparo inicial. Tal estado, experimentado por todos os seres humanos no início da vida, marcará para sempre cada sujeito, ao mesmo tempo em que será a base sobre a qual a cultura se constituirá, pois ao atribuir um sentido ao sofrimento experimentado pelo lactente em sua prematuridade biológica, o outro - representante da cultura - insere-o no universo simbólico, tornando-se referência necessária para a constituição de sua subjetividade.

Entretanto, o mesmo outro que oferece gratificação ao bebê é quem o frusta, despertando uma ambigüidade de sentimentos que caracterizará a relação humana mais primitiva. Para que o objeto, cindido em "bom" e "mau", possa ser apreendido em sua totalidade, é necessário que o sujeito aceite o conjunto de regras e restrições que estabelecem limites para a sua

satisfação pulsional, especialmente no que se refere aos seus impulsos mais destrutivos. Ao constituir-se com base na renúncia individual às tendências destrutivas e anti-sociais, a cultura faz de cada homem seu inimigo em potencial. Na tensão gerada pela oposição entre a cultura e os processos narcísicos que implicam a negação da alteridade, diversas são as circunstâncias que podem levar um indivíduo a regredir a mecanismos defensivos arcaicos e atualizar esse estado latente. Em função da mundialização da informação proporcionada pela tecnologia e veiculada pela *mass media*, a perda dos limites do ego - própria de alguns estados regressivos - torna o indivíduo apto a identificar-se com toda informação coletiva, levando-o a compor, com outros indivíduos que partilham o mesmo sistema de valores, verdadeiras massas virtuais.

Ao fundir-se na massa, o ego individual abandona suas prerrogativas em benefício do grupo, resultando em julgamentos norteados não mais pela marca da realidade, mas pelos valores que assegurem a coesão interna do grupo. Quanto àqueles que recusam submeter o seu ego ao ideal sustentado pelo grupo, resta como destino a exclusão, a perseguição, a estigmatização da loucura, ou, em casos mais extremos, o exterminio físico. Detectada a falha que ameaça a perpetuação do grupo e a manutenção da ilusão, o mecanismo de projeção - defesa basal em todos nós- exacerba-se entre seus membros e, vinculado a outros mecanismos, dá origem ao fenômeno conhecido como paranóia, cuja operação implica a rejeição de uma idéia intolerável mediante a projeção de seu conteúdo para o mundo exterior. Ao não reconhecer em si mesmo o desejo de destruição, o paranóide atribui ao outro tudo o que considera inaceitável em si mesmo; torna-se o estandarte do bem soberano ao mesmo tempo em que elege um inimigo externo que identifica com o mal a ser eliminado. Extrapolando os limites individuais, este fenômeno pode ser reconhecido na lógica referencial de programas político-ideológicos cuja identificação com o "bem supremo" implica a eleição de um inimigo externo, a quem são dirigidas todas as ações destrutivas, com o objetivo de "livrar o mundo da ameaça de destruição". Repetindo uma operação identificada por Freud em relação à guerra franco-prussiana de 1870, quando a "grande nação", ao não conseguir apreender a idéia de que foi vencida na guerra, destruiu a derrota de qualquer valor e inventou um delírio de traição, durante os anos da Guerra Fria o conhecimento de que os soviéticos possuíam a bomba atômica levou o governo norte-americano, sob pressão do macarthismo, a exortar todo cidadão a delatar um suspeito e a atribuir o fato à traição de seus próprios cientistas, o que legitimou inúmeras perseguições contra estes e transformou as universidades em alvo de investigação e espionagem de agentes federais. Os suspeitos de "atividades comunistas" eram conduzidos ao Comitê de Atividades Anti-Americanas (*Un-American Activities Committee*), dirigido desde 1947 pelo Senador McCarthy. A questão: "Você é ou já foi membro do partido Comunista" seria inconsistentemente repetida, pelos membros do Comitê, a todos os convocados a depor.

No início dos anos 50 os "inimigos e "traidores" da América já não se restringiam aos intelectuais, artistas e professores universitários, mas se encontravam "infiltrados" no próprio governo. Segundo pronunciamento de McCarthy, em junho de 1951:

"Como podemos explicar nossa atual situação, a menos que acreditemos que homens do alto escalão deste governo estejam decididos a levar-nos ao desastre? Isso só pode ser produto de uma grande conspiração, em uma escala tão incomensurável, jamais vista na história da humanidade (...) O que pode ser feito com essas ininterruptas séries de decisões e atos que estão contribuindo para a estratégia da derrota? Eles não podem ser atribuídos à incompetência..."

Com a ampliação da "rede conspiratória", McCarthy apontaria,

entre outros, o secretário de Estado, George Marshall, como traidor do país, com base em uma relação que o senador acreditava existir entre as derrotas sofridas pelos Estados Unidos durante os primeiros anos da Guerra Fria e as intervenções de Marshall na 2ª Guerra.

Com o fim da Guerra Fria e o desaparecimento do inimigo soviético, seria necessário encontrar algo para preencher o "vazio" deixado pela "ameaça vermelha". E nada melhor do que um inimigo sobre o qual os EUA pudessem projetar o seu lado mais sombrio: um inimigo sádico, cruel e calculista, que possui poderes para destruir qualquer um em qualquer lugar. O terrorismo internacional foi eleito para ocupar o lugar simbólico de inimigo externo ameaçador e interno infiltrado. Sem pátria e disperso pelo mundo, conectado por uma rede invisível, pode justificar, perante a opinião pública, todo tipo de intervenções militares. Revolucionários, guerrilheiros, socialistas, movimentos sociais, ou até mesmo grupos anti -EUA, são todos terroristas. Com base nessa lógica é que, pouco depois de 11 de setembro de 2001, o FBI exortou cada cidadão norte-americano a informar qualquer comportamento suspeito de qualquer conhecido, amigo, vizinho, parentes ou estrangeiros. Das quase 700 mil denúncias recebidas, nenhuma levou as autoridades a obter qualquer informação sobre o atentado. Apesar disso, centenas de pessoas inocentes foram hostilizadas pela polícia federal. Tal procedimento tornou-se possível porque, em 26 de outubro de 2001, o presidente do país, George W. Bush, assinou a Lei Patriótica (*USA Patriot Act*), fortalecendo sobremaneira os poderes da polícia sobre a sociedade civil. A Lei Patriótica baseia-se em uma ampla e vaga definição de "terrorismo" (seção 802 da norma) compreendido como "atividades que implicam atos perigosos para a vida humana e que são uma violação das leis criminais dos Estados Unidos... (e) pretendem intimidar ou coagir a população civil... (ou) influenciar as políticas de governo através da intimidação ou da coerção".

Embora todas as cláusulas da lei violem a Constituição dos Estados Unidos, esses atos encontram justificativa em uma ideologia que se fundamenta, historicamente, em uma linha de raciocínio impregnada de traços paranóides e estruturada sobre princípios religiosos puritanos, em especial sobre a noção de predestinação e de "povo eleito" por Deus, cujas origens remontam à colonização dos EUA. O conteúdo dos discursos que culminariam na *Doutrina do Destino Manifesto* pode ser exemplarmente sintetizado pelo seguinte trecho de pregação puritana, registrada em New Jersey, em 1660:

"Deus escolheu a América para que aqui se construisse a sede do paraíso terrestre, por isso, a causa da América será sempre justa e nada de mal jamais lhe será imputado. Os colonos são os verdadeiros herdeiros do povo eleito, pois preservam a santa fé. Nossa missão é liderar os exércitos de luz em direção aos futuros milênios."

Quase quatro séculos depois, George W. Bush reeditaria esse mesmo discurso. Dos 15 pronunciamentos de Bush à nação entre o ataque do WTC e o momento considerado por sua administração como o final da guerra contra o Iraque (01/05/2003), em 14 o presidente norte-americano comparou a campanha contra o terrorismo como uma grande luta entre o bem e o mal. Assentado sobre uma linha maniqueísta-messiânica, o discurso de Bush e seus assessores revela frases carregadas de parcialidade política e impregnadas de forte conotação religiosa. A decisão de atacar o Afeganistão, por exemplo, foi comunicada ao público em termos apocalípticos: "E a luz entre as trevas resplandeceu, e as trevas não prevalecerão contra ela". E em 14 de setembro de 2001, George W. Bush afirmaria: "Esta é uma colossal luta entre o Bem e o Mal, e que ninguém se engane: o Bem vencerá".

Como a linha de raciocínio paranóide não admite contra-

argumentações - o que justifica frases do tipo: "os que não estão conosco, estão contra nós"-, "sua crença" deve tornar-se a crença de todo o seu grupo, sua nação. Na medida em que os membros deste grupo temem se tornar suspeitos de ações que os identificariam com "o mal a ser eliminado", o estilo paranóide começa a prevalecer e a determinar as relações entre os cidadãos. Instaura-se uma verdadeira cultura do medo, por meio da qual as guerras defensivas contra o terror obtêm a aprovação da maioria da população, escamoteando objetivos como conquista de petróleo e interesses da indústria bélica. Devido ao lugar que os EUA ocupam no cenário mundial, tal estilo ultrapassa as suas fronteiras, atingindo, por meio da mídia e de ações militares, milhões de pessoas, e impõe-se, até mesmo, sobre o direito internacional.

Nesse sentido, a reeleição de G. W. Bush representa a vitória não apenas da elite político-econômica norte-americana, mas de uma ideologia que, ao projetar o mal para fora de si, se exime de refletir sobre o adoecimento de uma sociedade cuja exploração humana, as desigualdades sociais e o poder do complexo industrial-militar instauraram, neste começo de século, de forma globalizada e avassaladora, um vazio de significado para a própria vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, Sigmund. *Psicología de las masas e análisis del yo* (1921) In: Obras Completas de Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1989.

_____. *El yo y el ello* (1923) In: Obras Completas. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1989.

COSTA, Belarmino Cesar G. da. Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos. Campinas, SP: Autores Associados; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2002.

GARZON, L.F. Novoa. O destino manifesto e a tragédia anunciada. Internacional: *La Insignia*. [publicado em 22 de setembro de 2002].

HOFSTADTER, Richard. The paranoid style in american politics. New York: Harper's Magazine, pp. 77-86, November 1964.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos, o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PETRAS, James. Uma nação de delatores. Jornal *La Jornada*, 30 de novembro de 2001. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Ano 1 - No. 08 - Janeiro/2002

SCHRECKER, Ellen. The Age of McCarthyism. Boston: Bedford Books of St. Marvin's Press, 1994 (pp.92-4).

STAM, J. B. El lenguaje religioso de George W. Bush: Análisis semántico y teológico. *Periódicos Signos de Vida* (CLAI), n.28 - julho/2003. Equador.

WEINBERG, Albert K. Destino Manífest: el expansionismo nacionalista en la historia norte-americana. Buenos Aires: Paidós, 1968.

Sites oficiais do governo dos Estados Unidos da América:
Comissão de Segurança Nacional
Conselho de Segurança Nacional
Departamento de Estado: Segurança Internacional